



Câmara Municipal de Porto Alegre

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4345 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA QUARTA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE URBANIZAÇÃO, TRANSPORTES E HABITAÇÃO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, EM 25-02-2025.

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e cinco, às dez horas e dez minutos, reuniu-se, na sala número 301 deste Legislativo, a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos e Marcos Felipi. Registra-se que o vereador Coronel Ustra se encontrava em Licença para Tratamento de Saúde, nos termos do Memorando nº 017/25, da Seção de Registros e Anais. Constatada a existência de quórum, de imediato foram aprovadas a Ata da Segunda reunião (Ordinária) e a Ata Declaratória da Terceira reunião (Ordinária), tendo sido dispensada a leitura das mesmas. A seguir, foram DISTRIBUÍDOS, para parecer, os seguintes Processos: ao vereador Jonas Reis, o Projeto de Lei do Executivo nº 008/24 (Processo nº 0307/24); à vereadora Karen Santos, o Projeto de Lei do Legislativo nº 303/24 (Processo nº 0596/24); e ao vereador Marcos Felipi, o Projeto de Lei do Legislativo nº 324/24 (Processo nº 0668/24). Registra-se que foram APROVADOS, de acordo com os §§4º e 5º do art. 42 do Regimento, os seguintes Pareceres: no dia dezessete de fevereiro do corrente ano, nº 001/25 (Indicação nº 008/25 – Processo nº 0226/25), de autoria do vereador José Freitas; no dia vinte de fevereiro do corrente ano, nº 003/25 (Projeto de Lei do Legislativo nº 111/24 – Processo nº 0224/24), ao Veto Parcial, de autoria do vereador José Freitas; nº 002/25 (Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 017/24 – Processo nº 0314/24) e nº 005/25 (Indicação nº 004/25 – Processo nº 0100/25), ambos de autoria da vereadora Karen Santos. Resultou REJEITADO o seguinte Parecer: no dia vinte de fevereiro do corrente ano, nº 004/25 (Projeto de Lei do Legislativo nº 305/24 – Processo nº 0599/24), ao Veto Total, de autoria da vereadora Karen Santos. Em continuidade, a senhora Presidente comunicou que a presente Reunião seria destinada a tratar acerca da seguinte pauta: Regularização da Cancha da BR no bairro Santa Tereza. Salientou que a primeira reunião da Comissão, a fim de tratar sobre o tema, aconteceu em dezenove de dezembro do ano dois mil e vinte e três. Disse que na ocasião ocorreu o primeiro mapeamento da área e que a partir daí seu mandato vem tentando construir alguma alternativa para qualificar o espaço. Lamentou a ausência da representação da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSURB) e lembrou que no dia dez de abril do ano dois mil e vinte e quatro ocorreu uma reunião extraordinária da CUTHAB na comunidade. Enfatizou que na referida reunião foi apresentado um projeto urbanístico pelo então Secretário-adjunto da SMSURB, Vitorino Baseggio, o qual se comprometeu com algumas propostas e projetos para aquela área, tendo inclusive, enquanto Secretária, instalado uma pracinha no local. Na sequência, convidou para compor a Mesa dos trabalhos os senhores Flávio Zimmer de Mello, coordenador da Diretoria de Áreas Verdes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS); Jorge Antônio Dornelles Carpes, Secretário Municipal de Administração e Patrimônio; Marcelo Cardoso, diretor-adjunto do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB); Roberta Webber Gugel, Procuradora, representante da Procuradoria Geral do Município (PGM); e Regis Cardoso da Silva e Aline Pedroso Soares, respectivamente, presidente e tesoureira do Instituto NS BRASIL FC. Em prosseguimento, a senhora Presidente concedeu a palavra aos convidados para suas manifestações. A senhora Aline Pedroso Soares disse ser moradora do bairro e umas das fundadoras do projeto NS BRASIL FC, onde está localizada a cancha da BR. Esclareceu que a comunidade possui o terreno há mais de dez anos, sendo que utilizam uma parte dele para o desenvolvimento de atividades com as crianças aos finais de semana e que a outra parte está abandonada, sendo um foco de lixo, de moradores de rua e usuários de drogas. afirmou que a comunidade está organizada para manter a área limpa para as atividades de final de semana e que contam com a parceria do Orçamento Participativo (OP), o qual irá liberar o terreno para a manutenção da cancha e do projeto social naquele local, sem que os envolvidos tenham que se deslocar para outros lugares, o que inviabilizaria as atividades em função do custo do transporte. Ressaltou que a comunidade almeja que o espaço seja estendido e revitalizado e contam com a ajuda da Prefeitura para realizar a manutenção no local. O senhor Marcelo Cardoso afirmou que a área do campo já detém matrícula na Segunda Zona de Porto Alegre e que o local não é de interesse do DEMHAB para fins de habitação. Sugeriu que a comunidade encaminhe solicitação específica para a regulamentação do Campo da Brasil. O senhor Flávio Zimmer de Mello disse que coordenou o desenvolvimento do projeto do Campo da Brasil e que a Secretaria já possui orçamento e especificações técnicas. Esclareceu que o posicionamento do diretor de Áreas Verdes da SMAMUS, Alex Souza, o qual representa, é o de avaliar a possibilidade de contrapartida para o desenvolvimento de zonas vulneráveis e trabalhar na execução do objeto. O senhor Jorge Antônio Dornelles Carpes salientou o compromisso da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (SMAP) em destinar áreas a entidades sociais do Município. Disse que há muitas áreas na Cidade e que a Prefeitura gostaria de ceder às entidades que fazem trabalho social. afirmou que área parada é pior para o Município e que as grandes áreas são preservadas por questões de invasão, bem como para que possam futuramente ser colocadas à disposição de determinado projeto social. Registrou que está à disposição para auxiliar no que for necessário. A senhora Roberta Webber Gugel afirmou que, tendo em vista a manifestação da comunidade de desinteresse na habitação daquele local e a manifestação da viabilidade técnica do DEMHAB, não há óbice para formalizar a alteração do gravame de “habitação” para “equipamento público”. Registrou que está à disposição para auxiliar judicialmente, a fim de dar continuidade ao processo. Manifestaram-se sobre o assunto os vereadores Jonas Reis, Idenir Cecchim, José Freitas e Marcos Felipi. Por fim, a senhora Presidente comunicou que participará no dia

vinte e seis de fevereiro do corrente ano de reunião com o diretor-geral do DEMHAB, André Machado, e na ocasião irá averiguar se o caminho para dar andamento à regularização do local seria através de Projeto de Lei ou, mais simplificada, por intermédio de processo SEI. A seguir, passou a palavra ao vereador Jonas Reis, o qual teceu considerações a respeito da próxima reunião extraordinária da CUTHAB a ser realizada no dia onze de março do corrente ano no bairro Guarujá. Registra-se que o teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta reunião. Às dez horas e cinquenta minutos, nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela senhora Presidente, vereadora Karen Santos.



Documento assinado eletronicamente por **Karen Santos, Vereador (a)**, em 26/02/2025, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0862134** e o código CRC **7F3FD5C1**.